



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Orçamento e Finanças

Relatório da Audiência n.º 9 - COF- XV

Dia: 12 de maio de 2022

ENTIDADE: *AICEP - Comissão de Trabalhadores da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.*

Ana Alexandre – AICEP

Virgílio Alves – AICEP

ASSUNTO: Propostas no âmbito da discussão da PPL 4/XV/1.^a (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2022.

Recebida pelos Senhores Deputados:

- Hugo Carneiro (PSD), Vice-Presidente da Comissão
- Miguel Iglésias (PS)
- Alexandre Simões (PSD)
- Patrícia Dantas (PSD)

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, Deputado Hugo Carneiro, abriu a audiência saudando os representantes da entidade *supracitada*, dando nota do modo de condução dos trabalhos, posto o que deu a palavra aos representantes da Comissão de Trabalhadores da AICEP para uma intervenção inicial.

A Senhora Ana Alexandre, representante da Comissão de Trabalhadores da AICEP, saudou de volta a Comissão, afirmando que o motivo principal que determinara o pedido de audiência fora o disposto no artigo 43.º da proposta de lei que aprova o Orçamento do Estado para 2022, na parte em que é consagrada uma exceção relativamente à possibilidade de contratação de seguros de doença e acidentes pessoais, aplicável, designadamente, a entidades públicas empresariais, como é o caso da entidade auditada.

Afirmou a Interveniente que muitos trabalhadores da AICEP optaram por não aderir à ADSE com base na convicção de que poderiam contar com a contratação de outro seguro de saúde, sendo-lhes agora tal direito coartado com a citada exceção prevista no Orçamento de Estado.

Adicionalmente, a Interveniente referiu a especificidade de haver diversos trabalhadores da AICEP no estrangeiro, tendo recorrido a contratos de seguro nos países onde laboram, traduzindo-se tal numa situação de especial fragilidade.

Deste modo, foram apresentadas algumas alternativas para colmatar a presente situação, como a sugestão de retirar a exceção mencionada da Proposta de Lei; a introdução de uma menção que ressaltasse os direitos legitimamente adquiridos pelos trabalhadores ou a criação de uma outra exceção que permitisse a emissão de uma portaria de extensão de encargos para lançar um concurso público de seguros.

Após esta exposição, o Senhor Vice-Presidente deu a palavra aos Senhor Deputado Miguel Iglésias (PS), que agradeceu a presença dos representantes a AICEP, confirmando a sensibilidade da problemática trazida à audiência e pedindo que fizessem chegar aos Grupos Parlamentares as propostas específicas que reivindicassem.

De seguida, foi concedida a palavra à Senhora Deputada Patrícia Dantas (PSD), a qual destacou o carácter específico da reivindicação e repetiu o pedido de envio da mesma aos Grupos Parlamentares, para uma cabal análise da situação.

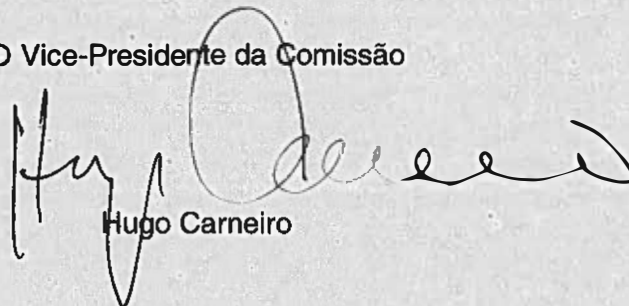
Foi então devolvida a palavra à representante da Comissão de Trabalhadores da AICEP, tendo finalizado a sua intervenção afirmando que, não obstante o carácter específico das pretensões em causa, estas não seriam absolutamente singulares, pois existirão diversas entidades que terão, no seu entender, estes problemas a resolver, agradecendo eventuais iniciativas por parte dos Senhores Deputados.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu as intervenções e esclarecimentos, sugerindo o envio de eventuais propostas de alteração à Comissão de Orçamento e Finanças, posto o que encerrou os trabalhos.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente o contributo escrito elaborado pela AICEP, bem como a gravação áudio, podem ser consultados na página internet da audiência, pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 12 de maio de 2022

O Vice-Presidente da Comissão



Hugo Carneiro

